

O Capital fictício: expansão e limites
do capitalismo contemporâneo

*Rafael de Silva Barbosa**

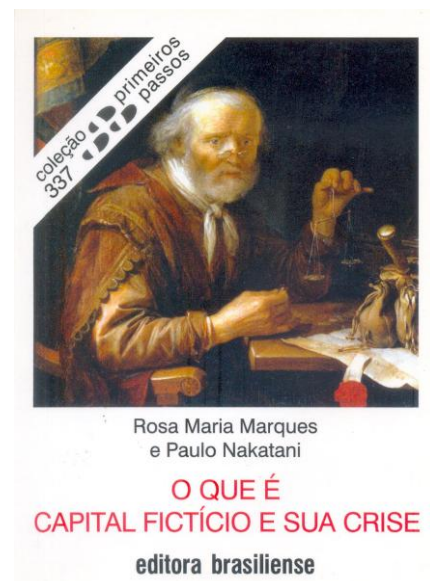
*Daniel Pereira Sampaio***

RESENHA / BOOK REVIEW

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI,
Paulo.

O que é capital fictício e sua crise. São
Paulo: Ed. Brasiliense, 2009.

(Coleção Primeiros Passos, 337p.).



* Rafael da Silva Barbosa, Mestrando em Desenvolvimento Econômico da Unicamp. Bolsista Capes. E-mail: rafael.econ@gmail.com

** Mestrando em Desenvolvimento Econômico da Unicamp. Bolsista CNPq. E-mail: danielpereirasampaio@gmail.com

O livro escrito por Rosa Marques e Paulo Nakatani, *O que é capital fictício e sua crise*, apresenta uma leitura crítica da crise contemporânea do capital a partir de Marx. Em pouco menos de cem páginas o leitor terá conhecimento dos principais pontos da teoria marxista, do valor e as formas assumidas pelo capital, das raízes da Crise de 1929 e, por fim, da *Crise* contemporânea do capital e seus desdobramentos. As qualidades do texto são as apresentações claras das principais categorias marxistas, necessárias para a análise e a interpretação da crise contemporânea do capital, elucidando os seus limites e necessidades de transformação da sociedade. Dessa forma, aos leitores mais aprofundados e iniciantes, o texto torna-se indispensável para o entendimento do modo de produção capitalista na sua forma mais perversa, qual seja o capital fictício.

O entendimento do capital e sua evolução histórica só podem ser compreendidos, em Marx, a partir da teoria do valor. A análise de Marx sobre a teoria do valor inicia-se a partir da mercadoria, que possui características de valor de uso e valor de troca. Para que sejam realizadas as trocas de diferentes mercadorias, faz-se necessário que elas tenham algum equivalente. Para Marx, a medida do valor é o trabalho humano. A medida do valor é o trabalho humano socialmente necessário para a produção da mercadoria.

A categoria valor desenvolve-se ao longo da obra de Marx (e da evolução do capital), mas não é equivalente ao preço. O

preço é definido na órbita da circulação e pode se desvincular completamente do valor. Por se tratar de uma categoria abstrata, (uma abstração real), pode-se definir que a magnitude do valor é quantitativamente determinada pelo trabalho abstrato e socialmente necessário para a produção da mercadoria. Nesse sentido, o capital subordina o trabalho ao mero processo de valorização. A força de trabalho é a mercadoria especial que produz valor.

Marx explica endogenamente a gênese da forma dinheiro do valor. As formas do valor têm como primeiro momento a forma simples ou fortuita do valor, a forma equivalente, a forma total ou extensiva, a forma geral do valor e, por fim, a forma dinheiro do valor. Uma mercadoria com realidade social reconhecida é escolhida do mundo das mercadorias para representar o valor, essa se torna mercadoria-dinheiro quando estabelece o monopólio.

A origem do dinheiro se dá quando ocorre uma generalização das trocas, quando deixa de ocorrer raramente ou quando as trocas deixam de ser marginais em relação ao modo de produção. O dinheiro, mercadoria especial que foi escolhida socialmente como equivalente geral, passa a ter capacidade de trocar o valor de todas as mercadorias. Por este motivo, o valor é visto como encerrado na moeda, processo entendido como *fetichismo da moeda*.

Quando há maior divisão do trabalho, o valor evolui e passa a ser valor em valorização. Nasce o capital, forma evoluída

do valor: o capitalista adianta dinheiro para produzir a mercadoria com o objetivo de sair com mais dinheiro ao final do processo, ou seja, o circuito D-M-D', ante o circuito M-D-M'. Necessita, dessa forma, daquela mercadoria que gera valor – força de trabalho – que uma é mercadoria intermediária do processo produtivo neste circuito, mas fundamental, porque é ela que gera valor. O capitalista, de posse dos meios de produção, compra a força de trabalho pagando-lhe o valor da reprodução, da força de trabalho, extraindo no processo produtivo a mais-valia.

O capital assume diversas formas no seu processo de valorização. O capital industrial é aquele produtor de mercadorias, o capital comercial é responsável pela distribuição de mercadorias e o capital portador de juros tem a propriedade de adiantar dinheiro, sendo a “[...] forma mais reificada, mais fetichista do capital [...]” (p.30). O excedente, produzido pelo capital industrial, é transferido de forma intra e intersetorial devido às diferentes composições orgânicas e apropriação da mais valia produzida pelo capital industrial. Este processo ocorre no exercício que Marx resolve sobre a transformação do valor em preços de produção, que culmina com a igualação das taxas de lucro do capital industrial, comercial e portador de juros.

A categoria fundamental que os autores elucidam para explicar a crise atual é do capital fictício, forma desenvolvida do capital portador de juros. Não há em Marx, uma definição clara de capital fictício, mas aparecem as formas que po-

dem ser assumidas pelo capital portador de juros. As formas de capital bancário, capital acionário e dívida pública foram desenvolvidas por Marx, além disso, os autores incluem a forma de derivativos. Os derivativos sempre existiram como forma de proteção contra os riscos, porém, a novidade é a multiplicação dos derivativos e a sua expansão com a desregulamentação no “[...] cassino financeiro internacional [...]” (p.43).

As representações concretas da hipertrofia do capital fictício e sua crise não podem ser compreendidas como processos separados no tempo, pois a fase de liberalização dos mercados conduzida pelos Estados Unidos (EUA) e Inglaterra na década de 1970, embora fundamental para o entendimento da questão, é mais um fator a somar naquele movimento. O período no qual se constituíram as condições de gestação para acumulação financeira foi na década de 1950 nos EUA e 1960 na Europa, quando ocorreu “[...] a centralização dos lucros não reinvestidos em instituições e das poupanças das famílias com o objetivo de valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros (divisas, obrigações e ações)” (p.53). É devido a isto, que se deu a retirada das amarras ao capital financeiro na década de 1970, quando a acumulação financeira ganha dimensão gigantesca, pois já se tinha previamente uma massa de capital acumulada *presa*, ávida por valorização. O “[...] ovo da serpente estava sendo gestado mesmo quando era o capital produtor de mercadorias que estava no comando da dinâmica capitalista” (p.54).

Nesse sentido entre os fatos que tiveram fortes implicações na acumulação financeira, destaca-se o caso estadunidense. As famílias de maior poder aquisitivo deste país realizaram aplicações de suas rendas em seguros de vida, possibilitando a formação de fundos de pensão em regime de capitalização. Outra questão foi a mudança no recebimento dos salários dos trabalhadores, onde passaram a ser realizados via sistema bancário, injetando uma liquidez considerável no âmbito do setor financeiro. Além dos mecanismos de acumulação criados nas décadas de 1950 e 1960, citados anteriormente, no pós-1970 cabe destacar: a *reciclagem* dos petrodólares que assumiu a forma de empréstimos aos países do Terceiro Mundo; e a amplitude que tomou o mercado de títulos da dívida pública nos países centrais. O mercado de títulos públicos foi bastante funcional tanto aos Estados que enfrentavam um período de baixo crescimento e inflação elevada, como para as instituições que centralizavam a poupança das empresas e das famílias. Não obstante, garantia um fôlego maior aos Estados que naquele momento mantinham os gastos com o sistema de proteção social - que foram construídos após a Segunda Guerra Mundial - ao mesmo tempo em que se ampliou a magnitude desse mercado, representando uma esfera atrativa de valorização financeira.

Ressalta-se que este foi um dos fatores que contribuiu para predominância contemporânea do capital portador de juros e o desenvolvimento do capital fictício. Outro fator de suma importância foi a liberalização dos mercados: primeira-

mente com a *desintermediação*, não cabendo mais aos bancos a função de fazer a ponte entre os agentes ofertantes (emprestador) e demandantes (tomador) de recursos e, em seguida, a *desregulamentação*, num momento em que se faz uma reestruturação financeira do setor e não se recria instrumentos de controle, dando assim, margem ao imaginário dos agentes atuantes nesse seguimento, possibilitando o surgimento gigantesco de inovações financeiras e a *descompartimentalização*, que significa a criação de um mercado único para os produtos financeiros. O que antes era separado em mercados de crédito de curto prazo (finance), mercado de crédito de longo prazo (funding), mercado de câmbio para cada país, obedecendo ao regulamento dos respectivos, entre outros tipos de mercados, agora se unificam em um só mercado. Ademais, talvez o marco maior para as atuais arbitragens financeiras, tenha sido o fim da conversibilidade dólar-ouro, representando a retirada de uma das *amarras* mais importantes do capital, pois os americanos não tiveram limites para suas emissões em dólares, não tendo mais *lastro* em ouro ou em qualquer outra mercadoria.

Frente a isto, é que se entenderá com maior clareza as mudanças no comportamento dos agentes. O maior retrato disto é a propalada condução da empresa embasada na governança corporativa, na qual, acredita-se que somente o acionista deva ter mais poderes sobre a empresa em detrimento das demais partes interessadas (trabalhadores, fornecedores, a cidade em que está instalada, entre outros). A gestão da empresa sob a lógica

da governança corporativa tem como uma de suas linhas mestras o valor do acionista, que qualificará a melhor empresa via aumento do capital fictício, ou seja, o valor das ações cotadas na bolsa¹.

A partir daí o que se vê é uma enxurrada de produtos financeiros, todos garantindo alta rentabilidade e segurança. Quando na verdade em sua maioria busca-se, custe o que custar, altos ganhos patrimoniais com a valorização desses ativos. Dessa forma, esse capital fictício vem ganhando participação cada vez maior na riqueza mundial. O volume médio de negócios no mercado de derivativos em 2007, ao dia, foi na ordem de US\$ 3,2 trilhões de dólares, e as vendas diárias de contratos de derivativos chamados *over-the-counter* foram de US\$ 4,2 trilhões. Se comparado ao produto bruto mundial agregado para o mesmo ano, tem-se a cifra de US\$ 65,82 trilhões, com exportações e importações totais de US\$ 13,72 trilhões e US\$ 13,64 trilhões, respectivamente, demonstrando o grau de expansão do capital fictício frente ao lado real da economia.

Com o constante aumento da riqueza fictícia e maior interdependência dos mercados, os efeitos de transmissão - tanto entre economias de países diferentes, como dentro dos próprios setores do sistema econômico - (financeiro e real) - são amplificados. O capital fictício, ganha relevância no processo de acumulação do capital, ou seja, é o estágio máximo da hierarquia do capital, a supremacia do financeiro sobre todas as demais

formas do capital, quais sejam, o mercantil e produtivo.

E as crises que precederam à crise norte-americana de 2008 são provas disso, uma vez que foram crises financeiras. Por exemplo: a crise do México 1994/1997; crise asiática de 1997/1998; crise da Rússia e do Brasil em 2001 e a queda da Nasdaq em 2001/2002. Os maiores constrangimentos destas crises rebatem na órbita real da economia: produção, consumo e emprego. No emprego isso é ainda mais nítido, pois em fevereiro de 2009 a GM e Chrysler demitiram 52 mil trabalhadores, resultado de suas reestruturações. Por outro lado, observa-se que o setor financeiro ainda detém seus privilégios. O pacote de socorro ao sistema financeiro sugerido pelo Federal Reserve System (FED) para o salvamento do sistema financeiro alcançou a cifra de US\$ 850 bilhões de dólares de um total de US\$ 1,6 trilhão empenhados pelo governo americano para a superação da crise.

Em suma, a crise que no seu primeiro estágio se mostrou financeira, rapidamente transformou-se em crise de superprodução afetando a produção, o emprego e o comércio internacional. No Brasil, mesmo com as medidas do governo para amenizar a crise internacional - aumentando a base monetária, reduzindo o imposto de renda e o imposto sobre produtos industrializados, sobretudo da linha branca e de automóveis e, aumentando as linhas de crédito, com uma maior atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) - o impacto sobre emprego ainda foi enorme. Em novembro de 2008 e janeiro de

¹ Como demonstrado pelos documentários *ENRON: os mais espertos da Sala* e *The Corporation*.

2009, foram dispensados 797,5 mil empregos com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), que não contabiliza o mercado informal brasileiro que perfaz 50% da população ocupada.

Dessa forma, o capital portador de juros, na forma de capital fictício, impõe estrangulamentos cada vez maiores no próprio processo de acumulação de capital, demonstrando o desenvolvimento excessivo do capital fictício e a sua crise inerente.